

**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA**

**CAMPUS CAMPINA GRANDE**

**ALUNO:** MIGUEL RYAN DANTAS DE FREITAS

**PROFESSORA:** GERMANA SILVA OLIVEIRA

**Resumo Crítico: "Inclusão de Surdos e Direitos Linguísticos em um Campus do Instituto Federal de Educação da Paraíba”**

O estudo de Germana Silva de Oliveira analisa a inclusão de estudantes surdos em um campus do Instituto Federal da Paraíba, com foco nos desafios enfrentados e nos avanços conquistados no que diz respeito aos direitos linguísticos e à acessibilidade educacional. A pesquisa se insere em um contexto mais amplo da educação de surdos no Brasil e no mundo, abordando como, historicamente, esses indivíduos foram marginalizados e tratados sob uma perspectiva patologizante, que os via como deficientes a serem corrigidos.

Ao longo do tempo, diferentes abordagens marcaram a educação de surdos. O Oralismo, imposto a partir do Congresso de Milão em 1880, proibiu a Língua de Sinais e enfatizou a comunicação oral, tentando aproximar os surdos do modelo ouvinte. Com o fracasso dessa metodologia, surgiu a Comunicação Total, que permitia múltiplas formas de comunicação, mas ainda reforçava a centralidade da língua oral. Apenas com a consolidação do bilinguismo, nos anos 1980, a surdez passou a ser reconhecida como uma diferença cultural e linguística, e não como uma deficiência a ser superada. Esse avanço foi fundamental para que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) fosse oficialmente reconhecida como idioma pela Lei 10.436/2002, um marco na luta pelos direitos da comunidade surda.

A autora também explora o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a inclusão educacional de surdos no Brasil. A criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) em 1857 foi um dos primeiros esforços institucionais, seguido por uma série de diretrizes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), que reforçaram o direito dos surdos à escolarização. No entanto, apesar dos avanços formais, a inclusão no ensino regular tem se mostrado insuficiente para atender às necessidades dos estudantes surdos. A predominância da comunicação oral nas salas de aula, aliada à falta de adaptação curricular e de formação adequada dos professores, impede que esses alunos tenham uma educação de qualidade. A presença de intérpretes de Libras, embora essencial, não resolve completamente as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, pois o modelo educacional continua centrado em uma lógica ouvinte.

O estudo também destaca experiências de educação de surdos na Paraíba, analisando iniciativas em municípios como Campina Grande, Gado Bravo, Aroeiras e Sumé. A criação de escolas bilíngues, como a Unidade Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Bilíngue para Surdos "Nossa Senhora da Conceição", representa um avanço importante, pois considera as especificidades linguísticas e culturais dos surdos. No entanto, a implementação dessas iniciativas ainda enfrenta obstáculos, como a carência de profissionais qualificados, a resistência de gestores e a falta de infraestrutura adequada.

A pesquisa assume um tom crítico ao evidenciar a tensão entre a visão clínica-patológica da surdez e a abordagem sociocultural, que reconhece os surdos como sujeitos de uma identidade própria, com direito a uma educação bilíngue e inclusiva. Embora o discurso da inclusão seja amplamente defendido, a realidade mostra que a simples inserção dos surdos no ensino regular não garante uma educação equitativa. A autora ressalta a necessidade de fortalecer políticas que promovam o ensino bilíngue, ampliar a formação de profissionais especializados e adaptar o currículo para respeitar a singularidade da comunidade surda.

Ao final, a pesquisa contribui de maneira significativa para o debate sobre inclusão e direitos linguísticos dos surdos no Brasil. Ao analisar criticamente as políticas educacionais e sua implementação, a autora evidencia que, apesar de avanços formais, a educação de surdos ainda enfrenta desafios estruturais que precisam ser superados. Para garantir uma inclusão efetiva, é essencial que os surdos tenham acesso a uma educação que valorize sua língua e cultura, permitindo-lhes desenvolver plenamente suas potencialidades.